



Anais da Assembléia

Nº 145

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 10 DE JANEIRO DE 1989

ANO XV

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA
ATA DA 111ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 10 DE JANEIRO DE 1989
TERÇA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Anibal Khury, secretariada pela Sra. Deputada Vera Agibert e pelo Sr. Deputado Lindolfo Júnior.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Eduardo Baggio, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, José Alves, Acyr Mesadri, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Barbara, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caio Quintana, Cândido Bastos, David Gheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Afonso Júnior, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Namir Piacentini, Nelson Vasconcellos, Neivo Beraldin, Nereu Carlos Massignan, Milton Barbosa, Orlando Passuti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (42). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Antônio Annibelli, Ferrari Júnior, Antônio Costenaro Neto, Homero Oguido, José Felinto, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Nestor Baptista, Paulino José Delazeri, Paulo Fariatti, Quielise Crisóstomo e Rafael Greca (12).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM 02/89

Curitiba, 09 de janeiro de 1989

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais,

o incluso anteprojeto de lei que objetiva majorar, a partir de 1º de janeiro de 1989, os vencimentos dos funcionários dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, do Tribunal de Contas do Estado, dos Membros da Magistratura e do Ministério Público, dos Conselheiros e Procuradores do Tribunal de Contas do Estado e o soldo dos integrantes da Polícia Militar.

A medida ora submetida a essa Augusta Casa de Leis reflete a constante preocupação do Governo do Estado no sentido de manter, na medida do possível, a remuneração dos servidores públicos estaduais em níveis justos e atualizados, isto, obviamente, em perfeita harmonia com a atual conjuntura orçamentária e financeira do Paraná.

A anexa Exposição de Motivos nº 12/89, firmada pelo Sr. Secretário de Estado da Administração, apresenta maior entalhamento sobre a necessidade, oportunidade e significado da medida ora encaminhada a esse Poder Legislativo Estadual.

Por outro lado, em face da urgência e relevância da matéria, solicito que o anteprojeto de lei em causa seja apreciado durante o atual período de reuniões extraordinárias dessa Augusta Casa de Leis, convocado através da Mensagem nº 122/88, de 25 de novembro de 1988.

Certo de que a proposição merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Os níveis de vencimento dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, do Tribunal de Contas do Estado, inclusive Conselheiros, Auditores e Procuradores, dos Membros da Magistratura, do Ministério Público e o soldo dos integrantes da Polícia Militar vigentes em dezembro de 1988, serão reajustados na forma abaixo, pela variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor - IPC, relativo ao período de janeiro a dezembro de 1988, deduzidas as antecipações concedidas a qualquer título, neste período:

I - a partir de 1º de janeiro de 1989, os vencimentos dos cargos integrantes do Quadro Próprio do Magistério, mediante o acréscimo do índice percentual de 64,98% (sessenta e quatro vírgula noventa

e oito por cento) dos vencimentos vigentes em dezembro de 1988, e a partir de 1º de março de 1989, mediante complementação, 25,52% (vinte e cinco vírgula cinquenta e dois por cento) dos referidos vencimentos vigentes em dezembro de 1988;

II - a partir de 1º de janeiro de 1989, os vencimentos dos cargos da Magistratura, do Ministério Público e dos Conselheiros, Auditores e Procuradores do Tribunal de Contas do Estado, mediante o acréscimo do índice percentual de 112,92% (cento e doze vírgula noventa e dois por cento) dos vencimentos vigentes em dezembro de 1988, e, a partir de 1º de março de 1989, mediante complementação de 44,34% (quarenta e quatro vírgula trinta e quatro por cento) dos respectivos vencimentos vigentes em dezembro de 1988;

III - a partir de 1º de janeiro de 1989, os vencimentos dos funcionários dos Quadros do Tribunal de Justiça e do Tribunal de Alçada, mediante o acréscimo do índice percentual de 98,71% (noventa e oito vírgula setenta e um por cento) dos vencimentos vigentes em dezembro de 1988, e, a partir de 1º de março de 1989, mediante complementação, 38,76% (trinta e oito vírgula setenta e seis por cento) dos referidos vencimentos vigentes em dezembro de 1988;

IV - a partir de 1º de janeiro de 1989, os vencimentos dos diversos Quadros de Pessoal Civil e Militar, dos três Poderes do Estado, exceto quanto aos tratados nos itens acima, mediante o acréscimo do índice percentual de 100% (cem por cento) sobre os vencimentos vigentes em dezembro de 1988 e, a partir de 1º de março de 1989, mediante complementação, 39,27% (trinta e nove vírgula vinte e sete por cento) dos referidos vencimentos vigentes em dezembro de 1988.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a, mediante decreto, fixar as tabelas de vencimentos relativas ao artigo 1º, assim como reajustar, como antecipação, nos meses de abril, julho e setembro de 1989, os vencimentos dos funcionários tratados na presente lei.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros previstos no Art. 1º, revogadas as disposições em contrário.

OFÍCIO Nº 012/89-SEAD

Curitiba, 05 de janeiro de 1989.
Senhor Governador.

Tenho a honra de passar às mãos de Vossa Excelência, para o necessário exame e respectiva decisão, a inclusa minuta de anteprojeto de lei que tem como objetivo reajustar os vencimentos dos funcionários do Estado, em geral, a partir de 1º de janeiro e 1º de março de 1989.

O índice de reajuste adotado para a fixação da proposta de revisão de vencimentos é o mesmo resultante da variação do IPC, no período de janeiro a dezembro de 1988, ou seja, 933,83%, deduzidas as antecipações concedidas às diversas categorias funcionais.

Evidentemente, no decorrer do ano passado, por motivos especiais, alguns grupos de atividades, como os do Magistério, da Magistratura, do Ministério Público, os Membros do Tribunal de Contas e os Funcionários dos Tribunais de Justiça e Alçada, tiveram aumentos diferenciados, devendo, esses grupos, nesta oportunidade ter os respectivos vencimentos reajustados, em janeiro, em igual índice concedido aos demais funcionários, na forma do que dispõe o art. 37, inciso I, da Constituição Federal, razão pela qual, os índices de reposição são diferenciados, de forma a repor, para todos os casos, o índice de variação do IPC no ano de 1988.

A despesa com a execução do plano de lei ora proposto é da ordem de Cr\$ 53.185.000.000,00 (cinquenta e três bilhões e cento e oitenta e cinco milhões de cruzados).

Convém esclarecer que no custo estimado da despesa, aqui referido, já está computada a despesa com o reajuste do pessoal regido pela CLT, o qual será concedido nas mesmas bases do proposto para o pessoal estatutário.

Valho-me da oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os protestos de minha elevada e distinta consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA

Secretário de Estado da Administração
à Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 003/89

Curitiba, 10 de janeiro de 1989.
Senhor Presidente.

Em aditamento à Mensagem nº 02/89, por mim encaminhada a essa Augusta Casa de Leis em 09 do corrente mês, venho à presença de Vossa Excelência a fim de solicitar providências no sentido de que, suprimindo omissão havida, o texto do item II, do art. 1º, do anteprojeto de lei por ela encaminhado seja substituído pelo seguinte:

"II - a partir de 1º de janeiro de 1989, as tabelas de vencimentos dos cargos da Magistratura, do Ministério Público e dos Conselheiros, Auditores e Procuradores do Tribunal de Contas do Estado, anexas ao Decreto nº 4215, de 25 de novembro de 1988, mediante o acréscimo do índice percentual de 112,92% (cento e doze vírgula noventa e dois por cento) e, a partir de 1º de março de 1989, mediante complementação, 44,34% (quarenta e quatro vírgula trinta e quatro por cento) calculada sobre

os vencimentos fixados nas tabelas do referido decreto."

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

OBS.: Tabelas de Vencimentos e Decreto n° 4215 estão publicados no Diário Oficial do Estado de 28.11.88.

Ofícios:

REQUERIMENTO N° 1128

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, licença para tratamento de saúde, pelo período de 30 dias, a partir desta data, conforme atestado em anexo.

Sala das Sessões, em 10.01.89.

(a) PAULO FURIATTI

ATESTADO

Atestamos para os devidos efeitos, que o Sr. Paulo César F. Furiatti, foi submetido a cirurgia em joelho direito no dia 07.01.88, e deve permanecer em tratamento, sem condições de exercer suas atividades parlamentares por 25 (vinte e cinco) dias, a partir daquela data.

Curitiba, 10.01.89

(aa) Dr. Ovidio Lacerda Ferreira

CRM 4555

Dr. Inolan Antônio Guiginski de Oliveira

CRM 5990

Dr. Edgar Santos Buquera

CRM 2099

OFÍCIO N° 029/89

Curitiba, 10 de janeiro de 1989.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, cópia do ofício n° 05/89, recebido nesta data da Associação dos Magistrados do Paraná, confiando em que esse Poder cumprirá sua função constitucional.

Na oportunidade, reitero a essa Casa de Leis, a necessidade do Projeto n° 322/88, ser apreciado de conformidade com o disposto no artigo 96, II, "b", da Constituição Federal, lembrando que a mensagem encaminhada por esta Presidência foi aprovada por unanimidade em Sessão Plenária deste egrégio Tribunal de Justiça.

Aproveito o ensejo para renovar a Vossa Excelência, Senhor Presidente, meus protestos de elevada estima e consideração.

(a) Des. MÁRIO LOPES DOS SANTOS
Presidente do Tribunal de Justiça

ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DO PARANÁ

Ofício n° 05/89

Curitiba, 10 de janeiro de 1989.

Senhor Desembargador Presidente.

Como é do conhecimento de Vossa Excelência esta entidade não tem medido esforços na defesa do Projeto de Lei n° 322/88, de iniciativa do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, que reajusta os vencimentos da Magistratura, tentando compensar a incidência do imposto de renda que passamos a pagar sobre a integralidade de nossa remuneração, com o advento da nova Constituição e visando recompor a defasagem estipendial que há muito nos aflige.

A razão maior de nosso empenho é a defesa da prerrogativa da iniciativa concedida ao Tribunal de Justiça, pela Constituição Federal.

Ocorre que, em data de ontem, novamente por proposta do Líder do PMDB, Deputado ARTAGÃO MATTOS LEAO, com o apoio de todos os Deputados de seu Partido com voto na sessão, à exceção do parlamentar LUIZ CARLOS ALBORGHETTI, não foi votada a mensagem, sob a justificativa de que deverá ser apreciada juntamente com o projeto do Executivo referente ao funcionalismo estadual, sendo, de forma insólita, contestado o poder de iniciativa do Judiciário, sob a injurídica argumentação de não ser aplicável a Constituição Federal, enquanto não votada a Carta Estadual.

Senhor Presidente, a mensagem do funcionalismo, além de, impropriamente, tratar os juizes como funcionários (art. 2°), não os reconhecendo como integrantes de um Poder, vulnera o art. 96, inc. II, letra "b", da Constituição Federal, agride e desconsidera a Magistratura e, se aprovada, propiciará aos magistrados um aumento real e irrisório de 8,74% sobre os vencimentos de dezembro, acrescidos da URP de janeiro (26.05%). Vale salientar que a mensagem também propõe que seja o Senhor Governador autorizado a, por decreto, conceder os reajustes previstos para abril, julho e setembro vindouros, isto, sem falar que os prometidos 44,34% para março, como incidirão sobre os vencimentos de dezembro, sem a URP, representarão sobre a remuneração de janeiro um acréscimo de, tão só, 20,82%. A propósito, a delegação de poderes, antes referida, é expressamente proibida pelo art. 4°, ainda em vigor, da Constituição Estadual.

Além do que já foi exposto, pretende-se, na proposta do Judiciário, via substitutivo elaborado pelo Líder do Governo CAÍTO QUINTANA, estender os benefícios concedidos à Magistratura a membros do Ministério Público e Tribunal de Contas, como também fixar vencimentos e disciplinar carreiras de funcionários do Legislativo.

Acredita esta entidade que é hora de um basta, pois, ou o Judiciário é Poder, ou é função subalterna. Como Poder não se

admite tanta ofensa e tamanho descaso.

A prevalecer o entendimento do Executivo, nenhuma manifestação de auto-governo do Poder Judiciário, como nomeação, remoção e promoção de juizes e de serventuários, seria admissível.

É lastimável, Senhor Presidente, constatar que, enquanto outros Estados da Federação, como Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Minas Gerais, dentre outros, dão cumprimento ao art. 96, inc. II, letra "b" da Constituição Federal, no Paraná insiste-se em descumprir o texto constitucional.

Pede-se, pois, a Vossa Excelência, como Chefe do Poder Judiciário, as providências necessárias à preservação da dignidade, autonomia e independência da Magistratura.

Ao ensejo, esta entidade apresenta a Vossa Excelência a expressão de seu respeito.

Atenciosamente,

(a) FRANCISCO DE PAULA XAVIER NETO
Presidente

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 1127

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei 01/89.

Sala das Sessões, em 10.01.89.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

REQUERIMENTO N° 1123

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, a dispensa da discussão e votação da Redação Final, para os projetos em 2ª Discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão e, que não tenham sofrido emendas ao longo de suas tramitações, de acordo com o disposto no parágrafo único do Art. 58 do Regimento Interno, acrescido pela Resolução n° 116/86.

Sala das Sessões, em 10.01.89.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

REQUERIMENTO N° 1120

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de pesar pelo trágico falecimento da menor RENATA FERREIRA, ocorrido no último dia 02 de janeiro de 1989, no Balneário de Matinhos/PR.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência ao Senhor DIVINO DAVID FERREIRA e Senhora, através de correspondência para o seguinte endereço: Rua Robert Kennedy, n°

Curitiba, terça, em 10.01.89

2 - Bacacheri/Bairro Alto - a/c do Dr. MASAHIKO OHI.

Sala das Sessões, em 10.01.89.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 1121

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de pesar pelo trágico falecimento da menor FERNANDA KATSU OHI, ocorrido no último dia 02 de janeiro de 1989, na praia de Matinhos.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência aos pais da menor, Dr. MASAHIKO OHI e Dona FÁTIMA OHI, no seguinte endereço: Rua Robert Kennedy, n° 2 - Bacacheri/Bairro Alto - Curitiba - Paraná.

Sala das Sessões, em 10.01.89.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 1122

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de pesar pelo falecimento da Senhora BENEDITA HANEMANN, ocorrido no último dia 06 de janeiro de 1989.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência aos Senhor MANOEL HANEMANN, residente em Barra do Capivari, aos cuidados da Senhora Lída Dora Fazzini Ferraro, funcionária deste Legislativo, lotada no Bloco Parlamentar Agropecuário.

Sala das Sessões, em 10.01.89.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 1125

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, através deste requerimento, nos Anais da Casa, o cinquentenário de criação do Parque Nacional do Iguaçu. Há 50 anos, nesta data, Getúlio Vargas, por decreto criava o Parque Nacional. Meio século depois lá está uma das reservas florestais mais belas do Paraná. Orgulho e patrimônio dos paranaenses, esta reserva, bem como as Cataratas do Iguaçu, fazem com que o Paraná seja visitado por milhares de brasileiros e estrangeiros.

Esta significativa data, hoje, dá a dimensão da importância da preservação do Parque.

Este cinquentenário, certamente faz-nos refletir e nos responsabilizar perante as gerações futuras.

Façamos desta nossa responsabilidade o compromisso preparatório para a comemoração do centenário! Os que virão e viverem nos agradecerão. A natureza, silenciosa e

guerreira, lançará sempre seu grito de esperança. A nós cabe ouvi-la e preservá-la.

Sala das Sessões, em 10.01.89.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

REQUERIMENTO N° 1124

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Sr. Álvaro Dias, Governador do Estado e ao Sr. Luiz Carlos Hauly, Secretário da Fazenda, solicitando o parcelamento do pagamento do ICM relativo às operações realizadas no mês de dezembro de 1988 para janeiro, fevereiro e março de 1989 em todo o Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 10.01.89.

(a) WERNER WANDERER

JUSTIFICATIVA:

Por iniciativa da Associação Comercial e Industrial de Marechal Cândido Rondon que sentindo as dificuldades econômicas em que se encontra a classe empresarial daquele município, como também, de todo Estado em virtude da acentuada queda nas vendas durante o ano de 1988, sugerem que as autoridades acima referenciadas acatem o pedido de parcelamento. Isto beneficiará principalmente as micro, pequenas e médias empresas, e conseqüentemente terão um prazo maior para quitarem seus compromissos econômico-financeiros e a esperança de um ano melhor.

REQUERIMENTO N° 1126

Senhor Presidente.

O Governo da Nova República mais uma vez é conivente com o assalto que está sendo feito à população brasileira de baixa renda.

Como se não bastassem os altos juros, as tarifas astronômicas dos serviços públicos, os baixos salários, alguns bancos estão lesando os pequenos poupadores.

Alguns bancos estão estipulando limites mínimos para a abertura de cadernetas de poupança, mas respeitando o direito adquirido de cadernetas antigas. No entanto, as cadernetas com menos de 10 OTN's, em vez de rendimentos, vão receber multas.

A Gazeta do Povo denunciou tal fato alertando que "o pequeno poupador, com caderneta na faixa dos 50 mil cruzados, corre, portanto, o risco de ver todo o dinheiro juntado com sacrifício, ser transferido de sua para o lucro do banco. Por sua vez, gerentes de estabelecimentos bancários explicam que as contas sem saldo médio significativo, e as cadernetas de poupança de pequeno valor, só trazem prejuízos, e por isso procuram alertar os usuários para que fechem essas contas ou procurem outros bancos."

O tradicional jornal paranaense alerta

ainda que "no caso das cadernetas de poupança, os poupadores correm o risco de ver seus valores depositados mensalmente se diluírem, como ocorreu com aposentadorias em montepios. Depois de pagar anos seguidos, os segurados nada tinham para receber, ou por mais um pouco ainda ficariam devendo para as instituições que receberam o dinheiro."

É preciso lembrar que tal situação ocorre também com os seguros de vida. Geralmente, um chefe de família desconta em folha de pagamento o seguro durante anos. E, quando a família vai receber o seguro, a quantia a que tem direito é irrisória pois a inflação acabou com tudo. Trata-se de um embuste contra milhares de trabalhadores brasileiros.

Senhor Presidente,

O que é mais lamentável é que o Banco Central informa que efetivamente os bancos podem estabelecer um valor mínimo para a abertura de novas contas. E nesse caso são penalizados também aqueles que resgatam os seus salários através de depósito em instituições bancárias.

Diante desse quadro desalentador fica a pergunta: para que serve o Banco Central?

Trata-se de mais uma instituição que reflete a imagem e a omissão do Governo Federal onde os assalariados são os mais penalizados.

Cabe, a nós, representantes do povo neste Parlamento, protestar e exigir que sejam tomadas medidas para evitar que o caso neste País aumente justamente pela omissão e conivência dos tecnocratas que dominam Brasília.

Diante de tantos desmandos este, talvez, seja o mais cruel, pois tira até o pouco dinheiro que muitos assalariados conseguiram juntar ao longo dos anos, na esperança de ter uma vida melhor. Para o Governo uma poupança de 10 OTN's pode parecer insignificante mas para um trabalhador que recebe um salário-mínimo representa muito. A insensibilidade do governo do Presidente José Sarney se evidencia mais uma vez, sem se preocupar com os efeitos sociais negativos, tão apregoados por Brasília.

Senhor Presidente,

Requeiro que este pronunciamento, em nome deste Poder Legislativo, seja enviado ao Presidente da República, ao Ministro da Fazenda e ao Presidente do Banco Central.

Sala das Sessões, em 10.01.89.

(a) ERONDY SILVÉRIO

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não há oradores inscritos nem para o Pequeno Expediente e nem para o Grande Expediente, passo ao Horário das Lideranças.

Com a palavra o PDS.

Declina.

Havendo declinado, com a palavra o PDC.

Declina.

Havendo declinado, com a palavra o PFL.

Declina.

Havendo declinado, com a palavra o PTB.

A Mesa concede a palavra ao Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Uma das mais sólidas instituições populares do País está ameaçada agora de derrocada geral. Eu me refiro às cadernetas de poupança que hoje a rede bancária estabelece um limite mínimo, não só para a abertura de novas contas, mas como também, para a manutenção das existentes. Para que a Casa sinta o absurdo desta medida, que é conestada pelo Banco Central da República, a rede bancária exige um depósito mínimo de 10 OTN's. A conta que não tiver esse depósito sofrerá uma multa mensal de uma OTN. Isto quer dizer que, em 10 meses, o pequeno poupador, aquele que amedalha suas economias até com moedinhas, vai ver a sua conta pulverizada, reduzida a nada.

É mais um desserviço que o segmento bancário presta à Nação brasileira. Porque nós sabemos que esse segmento que não produz nada, que só vende dinheiro, que mesmo sem exercerem a função de tintureiros vivem do "soro alheio", nós sabemos que é esse setor que domina a Nação. São eles que têm causado embaraço, obstáculos para que a economia nacional efetivamente enverede por um caminho que seja viável à situação atual do país. E agora nós vimos, com a maior estranheza, medidas dessa natureza sem o mínimo de reação por parte do Banco Central da República.

Por isso, Sr. Presidente, queremos encaminhar um requerimento ao Presidente da República - não sei se o "Poeta do Maranhão" ainda está respondendo pela Presidência - mas ao Presidente da República, ao Ministro da Fazenda - talvez seja um de plantão, porque este que está aí... que é o 5º deste Governo da Nova República, talvez em fase demissionária - e ao Presidente do Banco Central.

O Requerimento tem o seguinte teor:

(L2)

Senhor Presidente

Senhores Deputados.

O Governo da Nova República mais uma vez é conivente com o assalto que está sendo feito à população brasileira de baixa renda.

Como se não bastassem os altos juros, as tarifas astronômicas dos serviços públicos, os baixos salários, alguns ban-

cos estão lesando os pequenos poupadores.

Alguns bancos estão estipulando limites mínimos para a abertura de cadernetas de poupança, mas respeitando o direito adquirido de cadernetas antigas. No entanto, as cadernetas com menos de 10 OTN's, em vez de rendimentos, vão receber multas.

A Gazeta do Povo denunciou tal fato alertando que "o pequeno poupador, com caderneta na faixa dos 50 mil cruzados, corre, portanto, o risco de ver todo o dinheiro juntado com sacrifício, ser transferido de sua para o lucro do banco. Por sua vez, gerentes de estabelecimentos bancários explicam que as contas sem saldo médio significativo, e as cadernetas de poupança de pequeno valor, só trazem prejuízos, e por isso procuram alertar os usuários para que fechem essas contas ou procurem outros bancos."

O tradicional jornal paranaense alerta ainda que "no caso das cadernetas de poupança, os poupadores correm o risco de ver seus valores depositados mensalmente se diluírem, como ocorreu com aposentadorias em montepios. Depois de pagar anos seguidos, os segurados nada tinham para receber, ou por mais um pouco ainda ficariam devendo para as instituições que receberam o dinheiro."

É preciso lembrar que tal situação ocorre também com os seguros de vida. Geralmente, um chefe de família desconta em folha de pagamento o seguro durante anos. E, quando a família vai receber o seguro, a quantia a que tem direito é irrisória pois a inflação acabou com tudo. Trata-se de um embuste contra milhares de trabalhadores brasileiros.

Senhor Presidente,

O que é mais lamentável é que o Banco Central informa que efetivamente os bancos podem estabelecer um valor mínimo para a abertura de novas contas. E nesse caso são penalizados também aqueles que recebem os seus salários através de depósito em instituições bancárias.

Diante desse quadro desalentador fica a pergunta: para que serve o Banco Central?

Trata-se de mais uma instituição que reflete a imagem e a omissão do Governo Federal onde os assalariados são os mais penalizados.

Cabe, a nós, representantes do povo neste Parlamento, protestar e exigir que sejam tomadas medidas para evitar que o caos neste País aumente justamente pela omissão e conivência dos tecnocratas que dominam Brasília.

Diante de tantos desmandos este, talvez, seja o mais cruel, pois tira até o pouco dinheiro que muitos assalariados conseguiram juntar ao longo dos anos, na esperança de ter uma vida melhor. Para o

Governo uma poupança de 10 OTN's pode parecer insignificante mas para um trabalhador que recebe um salário-mínimo representa muito. A insensibilidade do governo do Presidente José Sarney se evidencia mais uma vez, sem se preocupar com os efeitos sociais negativos, tão apregoados pelo seu "Tudo pelo Social".

Senhor Presidente,

Requeiro que este pronunciamento, em nome deste Poder Legislativo, seja enviado ao Presidente da República, ao Ministro da Fazenda e ao Presidente do Banco Central.

(Termina de ler).

Era esse o nosso requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Kury) - Concedo a palavra à representação de PL.

Declina.

Havendo declinado, com a palavra, a representação do PDT.

Declina.

Havendo declinado, com a palavra, a representação do PT.

Declina.

Havendo declinado, com a palavra, a representação do PSDB.

O Sr. Deputado Raul Lopes tem a palavra.

O SR. RAUL LOPES - Sr. Presidente, Srs.

Deputados, nós ocupamos a tribuna desta Casa para fazer algumas observações a respeito do parecer da Comissão de Segurança referente ao Projeto de Lei nº 349/88, baixado sob a Mensagem Governamental nº 132/88, de Sua Excelência, Sr. Governador do Estado, referente à alienação do Estabelecimento Penal de Curitiba, mais conhecido como Presídio do Ahú. Como é do conhecimento de todos os companheiros, trouxe bastante polêmica para este Plenário e alguns companheiros levantavam apertes no sentido de reclamar a falta de um parecer, de uma análise, de uma avaliação por parte de algumas Comissões, por exemplo: da Comissão de Segurança e da Comissão de Obras e até mesmo da de Finanças.

Responsável pela Comissão de Segurança, fui designado em plenário para ser o analista, o apreciador desse projeto. Então, queria tornar público aos companheiros que chegamos a apresentar um parecer deveras favorável face ao que este presídio representa.

É do conhecimento de toda a nossa comunidade, inclusive a nível de Brasil, o problema da área penitenciária que existe neste País. Não tem sido fácil e nós estamos a assistir o que vem ocorrendo a nível de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais; no Paraná o último fato que ocorreu data em torno de 1980, 1982 para ser mais preciso. Aqui, graças a Deus, as coisas têm estado sob controle, mas nem por isso

deixamos de tomar algumas providências no sentido de fortalecermos a infra-estrutura presidiária para poder alojar esse grande contingente que soma uma casa em torno de 10 mil presídios. A nossa casa não tem a capacidade suficiente para alojar toda essa grande quantidade de presidiários.

O Governo Federal, através do Ministério da Justiça, através do Projeto FAS, estabeleceu um programa para o pronto atendimento e o restabelecimento para a construção de três grandes presídios no Paraná. Com o advento da nova Constituição e com a Legislação, com a nova Lei do desmonte, digamos assim, o Governo se sentiu praticamente prejudicado e não conseguiu receber do Governo Federal aquilo que ele havia prometido.

Na esfera do Governo Estadual, sentindo também dificuldade em achar no Orçamento recursos necessários para a construção de, no mínimo, um presídio para atender esse pessoal, o Governo naturalmente desessorado pôr uma respectiva Comissão achou por bem por em execução a venda deste Presídio do Ahú.

Dei parecer favorável, como um companheiro que milita na área da Segurança, mais de 33 anos, e vejo, evidentemente, o drama cruciante porque passa o Secretário de Estado da Justiça em tentar resolver o problema aflitivo neste Estado. Por sua vez, a comunidade local daquela cidade também vive momentos bastante presentes. Porquanto se costuma dizer através da imprensa falada, escrita, televisada, que é um verdadeiro barril de pólvora. E ali já houve várias tentativas de rebeliões e trocas de tiros que tornou aquela comunidade intranquila, impaciente e, a certo ponto, angustiada. Foi em função disto e analisando, chegamos à conclusão final de que seríamos favoráveis à venda deste estabelecimento penal, desde que os recursos - e atentem bem para o adjetivo - fossem plenamente investidos para a construção de três estabelecimentos penais; que não fossem em momento algum desviados para outros recursos, para outras aplicações dentro do Estado. E, para salvaguardar isto, que naturalmente se processasse, se caracterizasse o processo licitatório e que a Comissão respectiva ao determinado evento, fosse também constituída com representantes parlamentares desta Casa, de preferência representados pelos seus respectivos líderes, a fim de que, acompanhando todo o processo licitatório, pudesse naturalmente conduzir este recurso, naturalmente, à construção desse estabelecimento.

Foi assim a causa, o motivo em que pese, até mesmo ter o Prefeito Municipal, ainda na gestão anterior, Roberto Requião, ter-se manifestado contrário por ter admi-

tido e por ter, assim, identificado como um patrimônio histórico e como tal não poderia ser vendido. Salvaguardando, também, a especulação imobiliária, nós analisamos e colocamos assim, a fim de atingir a grande expectativa do Paraná que, naturalmente, pairou e deixou transparecer neste Plenário.

Razão pela qual, companheiros, vim então a esta tribuna para relatar o que a Comissão de Segurança achou por bem analisar e apreciar, com esta condição: repetindo, desde que estes recursos sejam totalmente carreados para a construção de três estabelecimentos penais.

O Sr. Algaci Túlio (Aparte) - permite um aparte, companheiro?

(Assentimento do orador).

Nós, que fazemos parte, também, da Comissão de Segurança desta Casa, queremos cumprimentar pelo brilhante relato que fez Vossa Excelência junto à Comissão e em relação à desativação da prisão provisória do Ahú. Eu volto a repetir mais uma vez: há mais de 20 anos eu tenho falado a respeito deste assunto, pois sou morador, criado no Bairro do Ahú e estudava na escolinha cuja porta dava de frente para o portão principal da penitenciária. E não foi nem uma nem duas vezes que algumas balas foram parar na parede da escola. E quando acontecia o tiro na penitenciária, a professora mandava os alunos deitarem no assoalho, para evitar que alguma bala perdida acabasse atingindo alguém. E vez por outra um preso se refugiava dentro da própria escola.

Daquela época para cá tenho sido um batalhador no sentido de que ocorra o mais depressa possível esta desativação. Tivemos, inclusive, reunião com o ex-Secretário da Justiça, Ayr Breda, juntamente com o Deputado Luiz Carlos Alborghetti e Vossa Excelência também, quando solicitamos a ele que se fizesse um estudo profundo a respeito da prisão provisória de Curitiba. E agora, graças a Deus, esta mensagem veio para a Assembléia e a nossa Comissão de Segurança passa a ser valorizada, porque ela está também embutida, com o parecer dentro deste projeto, dos mais importantes. Vossa Excelência relatou muito bem que tudo deve ser feito às claras e o que se arrecadar desta venda que se retorne em presídios no interior do Estado do Paraná, para evitar a despesa que nós temos constatado quanto à remoção de presos de lá para cá e depois daqui para lá, para serem ouvidos nas comarcas locais. E conseqüentemente, as fugas ocorrem nestas ocasiões. Portanto, é importantíssimo, repito, este relato feito por Vossa Excelência.

Está de parabéns a Assembléia porque

Curitiba, terça, em 10.01.88

marca uma presença importante desta mensagem encaminhada a esta Casa pelo Governo do Estado e temos certeza, vamos também colaborar para a tranquilidade dos moradores do Ahú de Cima, do Ahú de Baixo, do Juvevê, do Moinho da Rocha, da antiga Colônia Angelina, da Boa Vista, todos atingidos pela insegurança que representa este barril de pólvora dentro do setor urbano de Curitiba. Parabéns.

O SR. RAUL LOPES - Deputado Algaci Túlio, fico agradecido por este enfoque muito importante e muito oportuno. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Consulto à Liderança do PMDB se fará uso de seu horário.

Declina.

Havendo declinado, está encerrado o Horário das Lideranças, passamos à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 42 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 099/88 (Mensagem nº 121/88, ex-Proposição nº 114/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova os Termos Aditivos a Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, e o Ministério da Agricultura nas datas e com os objetivos que especificam, e também cópia autêntica do Convênio celebrado em 30.11.87, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento e o Ministério da Agricultura objetivando apoiar a execução do Programa Nacional de Microbacias Hidrográficas do Estado.

Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 100/88 (Mensagem nº 120/88, Ex-Proposição nº 112/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova Convênios celebrados pelo Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, com os Municípios, datas e objetivos que especifica. Encaminhando, também, cópias autênticas de Termos Aditivos a Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, com os Municípios adiante mencionados, objetivando a construção ou reforma de prédios para unidades policiais.

Aprovado.

Sobre a mesa, requerimento de nº 1123,

de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1120, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1121, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1125, de autoria do Sr. Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1122, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1124, de autoria do Deputado Werner Wanderer, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1126, de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1127, de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente declara encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 11, às 14:30 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 345/88.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 322/88 e 01/89.

Levanta-se a sessão.